



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**DECISÃO RECURSO**

**Nº 002/2022**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 002/2022 – CBMPA.

**PAE nº:** 2021/1237168.

**Objeto da licitação:** Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para HT, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

**Empresa Solicitante:** DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

**Pregoeiro(a):** CAP Clebson Luiz Costa da Silva.

**Data do Certame:** 25 de abril de 2022, 09h30min.

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

**2.1.** Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

**2.2.** Manifestada sua intenção, a recorrente, DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 13.798.385/0001-26, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

**2.3.** As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

**3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET**





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A Recorrente, DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 13.798.385/0001-26, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Conforme foi solicitado em Chat o pregoeiro exigiu catálogo ou folder com especificações técnicas do FABRICANTE, não folder o catálogo do fornecedor, como consta na proposta do fornecedor que foi aceita ele enviou um folder da empresa dele, aonde consta ainda que o fabricante do apito não condiz com o modelo que ele está ofertando.

#### **4. DAS RAZÕES DO RECURSO**

A Recorrente, DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 13.798.385/0001-26, apresentou as suas razões para o item 12 do Pregão Eletrônico (Apitos) via sistema tempestivamente, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Nossa empresa foi desclassificada por falta de catálogo ou folder com as especificações do fabricante, em chat o Senhor Pregoeiro estava exigindo folder do fabricante e nós enviamos um folder próprio com as especificações do produto/fabricante. Porém a proposta aceita o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito. Por isso nossa contestação referente ao ACEITE da proposta do fornecedor

#### **5. DAS CONTRARRAZÕES**

A Recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, apresentou as suas contrarrazões para o item 12 do Pregão Eletrônico (Apitos) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora dos item 12 – APITOPROFISSIONAL.

Após classificação da proposta vencedora, a empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA alegou que o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito”.

#### **II. MÉRITO**





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

A empresa requerida é uma empresa regular e apresenta participação adequada no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame.

Cabe ressaltar que a empresa além de não se identificar corretamente, não apresentou razões recursais de maneira coerente, com fundamento jurídico para embasar sua argumentação. Alegou simplesmente que: “aproposta aceita o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca “ROCKET” e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito”. Em primeiro lugar, requer a Pregoeira entende que para esta empresa participante, houve preclusão para apresentar razões recursais, logo, a sua intenção de recurso, embora recebida, o que escreveu como “Recurso” não deve ser conhecido, em razão da ausência de fundamento jurídico.

No mais, para fins de argumentação e defesa da empresa recorrida, como bem já mencionado, a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, pois é um erro de digitação no nome do fabricante/marca que não invalida a proposta da empresa recorrida.

Em resumo, as razões recursais das empresas recorrente expressam mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro “Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações”, explica de forma clara: “Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito”.

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências” (Acórdão 2302/2012-Plenário).





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e querespeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento. Belém-PA, 12 de maio de 2022. LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

## 6. DO PEDIDO DO RECORRENTE

Registra-se que o pedido da requerente não ficou claro, onde não é dever deste pregoeiro imaginar o que a recorrente está solicitando em seu recurso. Devido a isto e para evitar eventuais ilações ao recurso da requerente, passaremos a análise do recurso.

## 7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos a fim de ratificar ou não o entendimento das exigências do julgamento das propostas conforme preconiza o edital, temos a expor que:

Inicialmente cabe esclarecer que, de maneira alguma fica claro no recurso da recorrente DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA seu objetivo. A recorrente apresenta que para o item 12 da licitação (Apitos), a marca e fabricante informados na proposta da recorrida são de empresa que não fabrica o apito de modelo Fox 40 Sharx. Relata que apresentou um folder similar ao apresentado pela recorrida, sendo que esta última teve seu folder/proposta aprovada em detrimento a sua.

A de registrar que na intenção de recurso a recorrente fez menção ao balanço patrimonial da recorrida em desconformidade com edital, contudo tal relato não consta em seu recurso, não restando o que se analisar no que se refere a este item.

No que tange a desclassificação da proposta da requerente, o edital estabelece que:

**8.5.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**8.5.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.5.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazos indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Conforme estabelecido em edital, este pregoeiro solicita documentos complementares visto a caracterizar da melhor forma o produto a ser ofertado pelos licitantes, desta forma ao solicitar a recorrente, este pregoeiro adota postura condizente com o que preconiza o edital. Ressalta abaixo a mensagem do chat da sessão do dia 26/04/2022 às 16:25:38, no qual a recorrente afirma não possuir catálogo para o item 12 (Apitos) e que confeccionou o mesmo, mesmo o produto não sendo de fabricação própria:

Boa tarde Sr. Pregoeiro! Informamos que o fabricante trata-se de uma empresa da Inglaterra, e a mesma não possui catálogo com descritivo técnico produtivo do apito. Realizamos a confecção do folder para adequação às suas exigências, desconhecendo a legitimidade de recusa da proposta por não apresentar folder próprio do fabricante.

Não há o que se falar que não fora dada oportunidade para apresentação dos anexos solicitados pelo pregoeiro, ademais a fabricante é quem atesta os requisitos, garantia, material constituinte, especificações do produto que irão, de forma satisfatória, comprovar o atendimento ao que consta no termo de referência.

Avaliando as razões e contrarrazões para o item 12 da licitação (Apitos), fica evidente que ambos confirmam um erro sanável na proposta do recorrido, pois este ao cadastrar o fabricante e marca de seu produto na proposta inicial, analisando o catálogo apresentado pelo licitante recorrido, fica constata que o modelo/versão do apito ofertado desde a proposta inicial é e sempre fora o Fox 40 Sharx, sendo este existente no mercado, o qual apresenta características que atende ao termo de referência. O qual se manteve até a proposta ajustada, fato este que faz com que este pregoeiro passe a considerar seu ato, visto que contém um erro sanável a medida que não altera o modelo/versão do produto inicialmente ofertado. Tal consideração encontra-se em coerência com as demais aceitações ou recusa de propostas realizadas por este pregoeiro, além disso encontra-se respaldo nos recentes acórdãos do TCU :





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

(...)

15. Sendo assim, o caso atrairia, inequivocamente, o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, parágrafo único, incisos VIII e IX, da Lei 9.784/1999, bem assim com o espírito da Lei de Licitações.

Acórdão 357/2015 – Plenário/ Relator; Bruno Dantas/ Processo: 032.668/2014-7.

Conforme descrito acima, em razão do formalismo moderado, no qual em diligência apontou-se de forma simples e suficiente, em proposta final o mesmo modelo de apito, Fox 40 Sharx da proposta inicial, desta forma não alterando sua proposta inicial, e atendendo ao que preconiza o edital e seus anexos é que concluímos nosso parecer.

## **8. CONCLUSÃO**

**8.1.** Diante do exposto **DESCONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NÃO DANDO-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela licitante **SUCCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ 44.417.768/0001-30, para o item 12 da licitação (Apitos) do Edital do Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa **LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.147.983/0001-32, para o item acima descrito, sob o fundamento de atendimento aos itens item 3.4, 4.6.3 e 6.6 do edital.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**8.2.** Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

**8.3.** É a decisão.

Belém-Pará, 17 de maio de 2022.

Clebson **Luiz** Costa da Silva – CAP QOBM  
Pregoeiro do PE nº 02/2022 - CBMPA





## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

DECISÃO RECURSO  
Nº 002/2022

Referência: Pregão Eletrônico nº 002/2022 – CBMPA.

PAE nº: 2021/1237168.

Objeto da licitação: Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para HT, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

Empresa Solicitante: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

Pregoeiro(a): CAP Clebson Luiz Costa da Silva.

Data do Certame: 25 de abril de 2022, 09h30min.

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epí-grafe, do objeto supracitado.

#### 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os pre-ceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

2.2. Manifestada sua intenção, a recorrente, DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MA-TERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 13.798.385/0001-26, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as nor-mas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

2.3. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, LICITAPREMIUM SERVI-COS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, dentro do prazo estabelecido, confor-me preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

#### 3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET

A Recorrente, DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 13.798.385/0001-26, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Conforme foi solicitado em Chat o pregoeiro exigiu catálogo ou folder com especificações técnicas do FABRICANTE, não folder o catálogo do fornecedor, como consta na proposta do fornecedor que foi aceita ele enviou um folder da empresa dele, aonde consta ainda que o fabricante do apito não condiz com o modelo que ele está ofertando.

#### 4. DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 13.798.385/0001-26, apresentou as suas razões para o item 12 do Pregão Eletrônico (Apitos) via sistema tempestivamente, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Nossa empresa foi desclassificada por falta de catálogo ou folder com as especificações do fabricante, em chat o Senhor Pregoeiro estava exigindo folder do fabricante e nós enviamos um folder próprio com as especificações do produto/fabricante. Porém a proposta aceita o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito. Por isso nossa contestação referente ao ACEITE da proposta do fornecedor

#### 5. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ:07.147.983/0001-32, apresentou as suas contrarrazões para o item 12 do Pregão Eletrônico (Apitos) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora dos item 12 – APITOPROFISSIONAL.

Após classificação da proposta vencedora, a empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E MATERIAL DECONSTRUÇÃO LTDA alegou que o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito".

#### II. MÉRITO

A empresa requerida é uma empresa regular e apresenta participação adequada no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame.

Cabe ressaltar que a empresa além de não se identificar corretamente, não apresentou razões recursais de maneira coerente, com fundamento jurídico para embasar sua argumentação. Alegou simplesmente que: "a proposta aceita o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e



modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito. Em primeiro lugar, requer a Pregoeira entenda que para esta empresa participante, houve preclusão para apresentar razões recursais, logo, a sua intenção de recurso, embora recebida, o que escreveu como "Recurso" não deve ser conhecido, em razão ausência de fundamento jurídico

No mais, para fins de argumentação e defesa da empresa recorrida, como bem já mencionado, a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, pois é um erro de digitação no nome do fabricante/marca que não invalida a proposta da empresa recorrida.

Em resumo, as razões recursais da empresa recorrente expressam mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações", explica de forma clara: "Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito".

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências" (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento. Belém-PA, 12 de maio de 2022. LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

### 6. DO PEDIDO DO RECORRENTE

Registra-se que o pedido da requerente não ficou claro, onde não é dever deste pregoeiro imaginar o que a recorrente está solicitando em seu recurso. Devido a isto e para evitar eventuais ilações ao recurso da requerente, passaremos a análise do recurso.

### 7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos a fim de ratificar ou não o entendimento das exigências do julgamento das propostas conforme preconiza o edital, temos a expor que:

Inicialmente cabe esclarecer que, de maneira alguma fica claro no recurso da recorrente DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA seu objetivo. A recorrente apresenta que para o item 12 da licitação (Apitos), a marca e fabricante informados na proposta da recorrida são de empresa que não fabrica o apito de modelo Fox 40 Sharx. Relata que apresentou um folder similar ao apresentado pela recorrida, sendo que esta última teve seu folder/proposta aprovada em detrimento a sua.

A de registrar que na intenção de recurso a recorrente fez menção ao balanço patrimonial da recorrida em desconformidade com edital, contudo tal relato não consta em seu recurso, não restando o que se analisar no que se refere a este item.

No que tange a desclassificação da proposta da requerente, o edital estabelece que:

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se

for o caso, por outro meio e praz os indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Conforme estabelecido em edital, este pregoeiro solicita documentos complementares visto a caracterizar da melhor forma o produto a ser ofertado pelos licitantes, desta forma ao solicitar a recorrente, este pregoeiro adota postura condizente com o que preconiza o edital. Ressalta abaixo a mensagem do chat da sessão do dia 26/04/2022 às 16:25:38, no qual a recorrente afirma não possuir catálogo para o item 12 (Apitos) e que confeccionou o mesmo, mesmo o produto não sendo de fabricação própria:

Boa tarde Sr. Pregoeiro! Informamos que o fabricante trata-se de uma empresa da Inglaterra, e a mesma não possui catálogo com descritivo técnico produtivo do apito. Realizamos a confecção do folder para adequação às suas exigências, desconhecendo a legitimidade de recusa da proposta por não apresentar folder próprio do fabricante.

Não há o que se falar que não fora dada oportunidade para apresentação dos anexos solicitados pelo pregoeiro, ademais a fabricante é quem atesta os requisitos, garantia, material constituinte, especificações do produto que irão, de forma satisfatória, comprovar o atendimento ao que consta no termo de referência.

Avaliando as razões e contrarrazões para o item 12 da licitação (Apitos), fica evidente que ambos confirmam um erro sanável na proposta do recorrido, pois este ao cadastrar o fabricante e marca de seu produto na proposta inicial, analisando o catálogo apresentado pelo licitante recorrido, fica constata que o modelo/versão do apito ofertado desde a proposta inicial é e sempre fora o Fox 40 Sharx, sendo este existente no mercado, o qual apresenta características que atende ao termo de referência. O qual se manteve até a proposta ajustada, fato este que faz com que este pregoeiro passe a considerar seu ato, visto que contém um erro sanável a medida que não altera o modelo/versão do produto inicialmente ofertado. Tal consideração encontra-se em coerência com as demais aceitações ou recusa de propostas realizadas por este pregoeiro, além disso encontra-se respaldo nos recentes acórdãos do TCU :

REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as práticas essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

(...)

15. Sendo assim, o caso atrairia, inequivocamente, o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as práticas essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, parágrafo único, incisos VIII e IX, da Lei 9.784/1999, bem assim com o espírito da Lei de Licitações.

Acórdão 357/2015 – Plenário/ Relator; Bruno Dantas/ Processo: 032.668/2014-7.

Conforme descrito acima, em razão do formalismo moderado, no qual em diligência apontou-se de forma simples e suficiente, em proposta final o mesmo modelo de apito, Fox 40 Sharx da proposta inicial, desta forma não alterando sua proposta inicial, e atendendo ao que preconiza o edital e seus anexos é que concluímos nosso parecer.

## 8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto DESCONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NÃO DANDO-LHE PROVIMENTO, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela licitante SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ 44.417.768/0001-30, para o item 12 da licitação (Apitos) do Edital do Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 07.147.983/0001-32, para o item acima descrito, sob o fundamento de atendimento aos itens item 3.4, 4.6.3 e 6.6 do edital.

8.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 17 de maio de 2022.

Clebson Luiz Costa da Silva – CAP QOBM  
Pregoeiro do PE nº 02/2022 - CBMPA

DECISÃO RECURSO  
Nº 003/2022

Referência: Pregão Eletrônico nº 002/2022 – CBMPA.

PAE nº: 2021/1237168.

Objeto da licitação: Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para HT, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

Empresa Solicitante: ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA.

Pregoeiro(a): CAP Clebson Luiz Costa da Silva.

Data do Certame: 25 de abril de 2022, 09h30min.

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epí-grafe, do objeto supracitado.

## 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os pre-ceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

2.2. Manifestada sua intenção, a recorrente, ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 81.571.010/0001-89, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

2.3. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, LICITAPREMIUM SERVI-COS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

## 3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET

A Recorrente, ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 81.571.010/0001-89, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

A empresa arrematante apresentou dois fabricantes diferentes no cadastro da proposta no sistema e proposta final "Marca: ROCKET / Fabricante: ROCKET - Modelo / Versão: FOX 40 SHARK", sendo que ROCKET e FOX 40 são fabricantes de apitos, no qual iremos comprovar em documento recursal. Documentos FGTS e balanço patrimonial vencidos no SICAF apresentado.

## 4. DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 81.571.010/0001-89, apresentou as suas razões para o item 12 do Pregão Eletrônico (Apitos) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...) vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão do Pregoeiro que julgou aceita e habilitada a licitante LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA e recusada a ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

### 1) DOS FATOS E DO DIREITO

A recorrente participou do presente pregão eletrônico, apresentando proposta juntamente com outros concorrentes. Entretanto, passada a fase de lances, o pregoeiro julgou como recusada a ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, indicando os seguintes motivos:

"Motivo da Recusa/Inabilitação do Lance: Proposta recusada para o item 12 da licitação (Apitos), por não apresentar produto conforme especificado em termo de referência, decibeis camara, modificando sua proposta inicial, contrariando os itens 3.4, 4.6.3, 6.6, 7.2."

Conforme descrito pelo Pregoeiro, a ULTRAMAR teve proposta recusada por não cumprir o estabelecido pelos itens 3.4, 4.6.3, 6.6 e 7.2 do edital.

"3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros."

"4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias"

"6.6. A proposta será desclassificada quando apresentada em desacordo com o Edital"

"7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital"

Dessa forma, em nada a ULTRAMAR descumpe o estabelecido pelo certame, respeitando o princípio da vinculação ao edital, uma vez que o item 3.4 versa sobre a responsabilidade dos atos da licitante no pregão, enquanto os itens 4.6.3 e 6.6 ocupam-se sobre como proposta apresentada deve estar em acordo com o estabelecido pelo edital, e, em nenhum momento há discrepância da proposta, visto que é exatamente a mesma descrição do item estabelecido pelo termo de referência.

(...)

Além disso, o item 7.2 do edital discorre sobre a parte imediatamente anterior à fase de lances, a fase de análise das propostas, dessa forma, como a ULTRAMAR participou da fase de lances, ao alegar que a licitante está descumprindo o item 7.2 do edital, o pregoeiro está desqualificando seu ato, uma vez que para participar da fase de lances, é preciso ter a proposta aceita pelo pregoeiro.

O pregoeiro alega como um dos motivos para a inabilitação a mudança da proposta inicial, todavia, o modelo ofertado, SONIK BLAST CMG, cumpre os requisitos estabelecidos pelo certame.

O modelo SONIK BLAST CMG é um produto de qualidade, o apito mais eficiente de sua classe, utilizado em grandes competições mundiais, tais como NBA, FIFA e NFL, ademais, o próprio produto já foi fornecido ao Órgão pela empresa recorrente, de modo satisfatório, conforme demonstrado no atestado de capacidade técnica.

(...)

Entretanto, não contente com a imprudência de seus atos, o pregoeiro decidiu como aceita e habilitada a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA, atitude em desacordo com o estabelecido no edital.

A licitante LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA, ao apresentar proposta comercial, apresenta de forma incoerente, na medida em que ROCKET e FOX-40 são fabricantes distintas, fato que deveria ser observado pelo pregoeiro ao analisar as propostas.

Além disso, a LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA não poderia ser considerada habilitada, tendo em vista não cumprir o estabelecido pelo item 9.15.1 do edital. "9.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, o qual possua CNAE relacionado ao objeto pretendido;"

Ao ofertar proposta para apitos, equipamento de proteção individual, no seu CNAE deveria constar o código 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho - Entretanto, ao analisar seu Cadastro Nacional, a licitante não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido.

(...)

## 2) DA CONCLUSÃO e DO PEDIDO

Diante dos motivos fáticos e de direito expostos, requer a procedência do presente recurso, por meio da reconsideração da decisão tomada pelo Sr. Pregoeiro, efetuando a desclassificação da LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA e a aceitação e habilitação da ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA.

Nestes Termos

P. Deferimento

Florianópolis, 06 de maio de 2022.

## 5. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, apresentou as suas contrarrrazões para o item 12 do Pregão Eletrônico (Apitos) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

ILMA. SR. PREGOEIRO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ.

REF.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 – CBMPA

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.147.983/0001-32, estabelecida nesta cidade, com endereço na RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO, KM 03, BOX 05 ALTOS, Bairro: MANGUEIRA, BELEM-PA, representada por seu sócio administrador que abaixo assina, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar as suas tempestivas CONTRARRAZÕES aos recursos administrativos opostos pelas empresas, pelos fundamentos abaixo destacados:

### I. DA REALIDADE DO CERTAME

O CBMPA, por meio do Edital PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, pretende a aquisição de materiais de proteção individual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (PROTETOR SOLAR CORPO E ROSTO, PROTETOR SOLAR LABIAL, APITO, SACO ESTANQUE E ÓCULOS) E LOGÍSTICO (GARRAFA DE 05 L E 12 L, CAIXA TÉRMICA 70L, CAPA IMPERMEÁVEL PARA HT, MACA, OMBRELONE, TENDA, LONA PARA TENDA E BASE PARA OMBRELONE). A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora do ITEM-12 APITO PROFISSIONAL

A empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 81.571.010/0001-89, mencionou que sua proposta foi recusada por decisão do pregoeiro devido não cumprimento do estabelecido pelos itens 3.4, 4.6.3, 6.6 e 7.2 do edital, bem como alegou que a LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA não poderia ser considerada habilitada, tendo em vista não cumprir o estabelecido pelo item 9.15.1 do edital, ou seja, não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido;

### II. MÉRITO

A empresa requerida é uma empresa regular e apresenta participação adequada no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame. Por esta razão, foi considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora. **CONTESTAÇÃO SOBRE CNAE**

A Empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA alegou que a empresa recorrida não cumpriu o item 9.15.1 do edital, ou seja, não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido:

Nos dizeres do recurso: "Ao ofertar proposta para apitos, equipamento de proteção individual, no seu CNAE deveria constar o código 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho - Entretanto, ao analisar seu Cadastro Nacional, a licitante não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido".

O art. 22, §9º da Lei 8666/93, dispõe que a empresa comprove habilitação compatível com o objeto da licitação.

A CNAE é obrigatória a todas as pessoas jurídicas, mas não é elemento fixo, pois pode ser alterado nos diversos tipos de serviços durante a vida de uma empresa, pelo princípio da liberdade econômica.

A CNAE é uma classificação hierarquizada em cinco níveis – seções, divisões, grupos, classes e subclasses. O quinto nível, o de subclasses, corresponde ao detalhamento usado para a identificação econômica das unidades de produção, normalmente constituídas como pessoa jurídica ou profissionais autônomos, em cadastros e registros da Administração Pública, nas três esferas de governo.

A empresa recorrente mencionou o código 46.42-7-02, sendo que na NOTAS EXPLICATIVAS da Comissão

Nacionalde Classificação (site: [www.concla.ibge.gov.br](http://www.concla.ibge.gov.br)) define que esta subclasse compreende: - o comércio atacadista de roupas para segurança pessoal, inclusive acessórios; - o comércio atacadista de roupas para uso profissional, inclusive acessórios; - o comércio atacadista de fardamentos e uniformes.

O objetivo do PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, embora conste aquisição de MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, em primeiro lugar, não estipula compra de uniformes, em segundo, são itens comuns e que podem ser adquiridos no mercado normal (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque óculos), sem exigência de licença específica da empresa.

Não cabe à Administração exigir que a empresa tenha um código CNAE específico, isso seria limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da Licitação, e impor à Administração Pública um preço mais elevado, pois impediria disputa por preço, ferindo frontalmente os princípios da prevalência do Interesse Público e da Vantajosidade.

Importante mencionar que, a empresa recorrida apresenta CNAE do mesmo grupo (46.4 – comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar), e da mesma classe (46.42-7 – comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios) do CNAE argumentado pela empresa recorrente. Sendo que um dos CNAE da empresa recorrida é 46.42-7.01, o que abrange os objetos licitados.

Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a empresa recorrida apresentou CNAE compatível com o objeto da licitação.

#### CONTESTAÇÃO SOBRE DIVERGÊNCIA NA PROPOSTA COMERCIAL

A empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, alegou inconsistência na proposta comercial, na medida em que ROCKET e FOX-40 são fabricantes distintas, e a empresa recorrida cadastrou como sendo o mesmo produto.

Destaque-se que a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, sendo um erro de digitação, pois ROCKET e FOX-40 são empresas existentes, que fabricam o mesmo produto e de qualidade semelhante. O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa ou validar o ato.

A divergência apontada pela empresa recorrente não é motivo para desclassificar a empresa recorrida, pois não havia intenção de ludibriar a Pregoeira, nem apresentar produto de qualidade duvidosa, ou lançar valor discrepante ao praticado no mercado.

Além do que, no TERMO DE REFERÊNCIA, item 6.3 determina que o contratado deverá disponibilizar catálogos, folders e demais documentos de alguns itens, dentre eles o APITO PROFISSIONAL. De forma que, a divergência entre o nome do fabricante/marca e o modelo do produto representa erro formal. Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a divergência apontada representa vício sanável, sem causar prejuízo à Administração, e que não pode prejudicar a classificação da empresa recorrida.

No mais, para fins de argumentação e defesa da empresa recorrida, como bem já mencionado, a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, pois é um erro de digitação no nome do fabricante/marca que não invalida a proposta da empresa recorrida.

Em resumo, as razões recursais da empresa recorrente expressa mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações", explica de forma clara: "Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito".

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências" (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

#### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.  
Belém-PA, 12 de maio de 2022.  
LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

#### 6. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...) requer a procedência do presente recurso, por meio da reconsideração da decisão tomada pelo Sr. Pregoeiro, efetuando a desclassificação da LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA e a aceitação e habilitação da ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA.

#### 7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos a fim de ratificar ou não o entendimento das exigências do julgamento das propostas conforme preconiza o edital, temos a expor que:

Inicialmente cabe registrar que o recurso impetrado pela recorrente difere parcialmente do que consta em sua intenção de recurso, sendo assim, passaremos a analisar apenas as alegações disponíveis e fundamentadas em suas razões.

Esclarecemos que, a empresa Ultramar Importação limitada teve sua proposta classificada como a segunda melhor para o item 12 da licitação (Apitos) e, em que pese, teve sua proposta recusada, conforme segue:

Recusa da proposta. Fornecedor: ULTRAMAR IMPORTACAO LTDA, CNPJ/CPF: 81.571.010/0001-89, pelo melhor lance de R\$ 99.990,0000. Motivo: Proposta recusada para o item 12 da licitação(Apitos), por não apresentar produto conforme especificado em termo de referência, decibescamara, modificando sua proposta inicial, contrariando os itens 3.4, 4.6.3, 6.6, 7.2.

Em suas razões a recorrente tenta induzir a quem este processo ler, que o pregoeiro listou de maneira errônea os itens 3.4, 4.6.3, 6.6 e 7.2 quando da recusa de sua proposta. O objetivo da licitante é apenas de tentar de todas as maneiras colocar a prova a decisão deste pregoeiro. Por este motivo faz-se os esclarecimentos quantos aos mesmos:

"3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas (...)

Neste sentido, a recorrente apresenta em sua proposta vícios insanáveis, uma vez que apresenta enfaticamente modelo/versão de apito Fox 40 Classic, o que em nenhum momento é relatado em suas razões, pois o mesmo não atende o edital e seus anexos.

4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias"

Que se pese no item acima exposto que a proposta inicialmente apresentada contém produto que não atende ao edital, mais precisamente o que consta em termo de referência, uma vez que em diligência fica comprovado que o apito Fox 40 Classic ofertado sequer apresenta o mínimo de 120 decibéis conforme previsto em edital. Na ocasião o apito ofertado inicialmente possui apenas 115 decibéis de pressão sonora;

"6.6. A proposta será desclassificada quando apresentada em desacordo com o Edital"

Ainda em suas razões cita que:

(...) o item 7.2 do edital discorre sobre a parte imediatamente anterior à fase de lances, a fase de análise das propostas, dessa forma, como a ULTRAMAR participou da fase de lances, ao alegar que a licitante está descumprindo o item 7.2 do edital, o pregoeiro está desqualificando seu ato, uma vez que para participar da fase de lances, é preciso ter a proposta aceita pelo pregoeiro.

Não há o que se falar em desqualificação do ato do pregoeiro quando da aprovação da proposta cadastrada no sistema, e sua posterior participação na fase de lances e julgamento de propostas, uma vez que o item 7.2 trata também de propostas que "não apresentam as especificações exigidas no Termo de Referência". Sendo assim, o item engloba também, mesmo que de maneira não global, as diligências realizáveis também após a fase de lances, onde visam confirmar por meio de fichas técnicas, folders, sites especializados etc. se o produto ofertado é o que se pretende contratar.

Cabe analisar o trecho abaixo transcrito das razões da recorrente:

O pregoeiro alega como um dos motivos para a inabilitação a mudança da proposta inicial, todavia, o modelo ofertado, SONIK BLAST CMG, cumpre os requisitos estabelecidos pelo certame.

O modelo SONIK BLAST CMG é um produto de qualidade, o apito mais eficiente de sua classe, utilizado em grandes competições mundiais, tais como NBA, FIFA e NFL, ademais, o próprio produto já foi fornecido ao Órgão pela empresa recorrente, de modo satisfatório, conforme demonstrado no atestado de capacidade técnica.

É evidente que houve a alteração da proposta inicialmente apresentada, do modelo Fox 40 Classic, para o modelo Fox 40 Sonik Blast. Diante desta alteração cabe-nos esclarecer que se trata de vício insanável, onde o fato de classificar sua proposta, não oportunizaria a igualdade de condições à participação do certame.

Neste sentido, não há o que se falar em formalismo exagerado, pois inicialmente existe uma proposta com um modelo de produto que não atende ao instrumento convocatório e com qualidade comprovadamente inferior e, onde a posterior é apresentada uma proposta ajustada com um fato novo, que no caso é um modelo de produto novo.

Analisando as propostas cadastradas pela Ultramar Importação LTDA e Licitapremium Serviços e Comércio LTDA, temos que: a primeira cadastrou modelo de produto que não atendia ao termo de referência, modificando o modelo do produto posteriormente quando da convocação de anexo. Enquanto a segunda manteve desde o início em sua proposta modelo do produto que atendia ao termo de referência. Ainda que com vícios sanáveis quando a erro do cadastro do fabricante e marca, o que em diligência fora sanado, em nenhum momento alterou de



sobremaneira a substância de sua proposta.

Avaliando ainda as razões e contrarrazões para o item 12 da licitação (Apitos), fica evidente que ambos confirmam um erro sanável na proposta do recorrido, pois este ao cadastrar o fabricante e marca de seu produto na proposta inicial, analisando o catálogo apresentado pelo licitante recorrido, fica constata que o modelo/versão do apito ofertado desde a proposta inicial é e sempre fora o Fox 40 Sharx, sendo este existente no mercado, o qual apresenta características que atende ao termo de referência. O qual se manteve até a proposta ajustada, fato este que faz com que este pregoeiro passe a considerar seu ato, visto que contém um erro sanável a medida que não altera o modelo/versão do produto inicialmente ofertado. Tal consideração encontra-se em coerência com as demais aceitações ou recusa de propostas realizadas por este pregoeiro, além disso encontra-se respaldo nos recentes acórdãos do TCU:

REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

(...)

15. Sendo assim, o caso atrairia, inequivocamente, o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, parágrafo único, incisos VIII e IX, da Lei 9.784/1999, bem assim com o espírito da Lei de Licitações.

Acórdão 357/2015 – Plenário/ Relator; Bruno Dantas/ Processo: 032.668/2014-7.

Conforme descrito acima, em razão do formalismo moderado, no qual em diligência apontou-se de forma simples e suficiente, em proposta final o mesmo modelo de apito, Fox 40 Sharx da proposta inicial, desta forma não alterando sua proposta inicial, o que fora feito pela licitante recorrente, quando alterou seu produto de Fox 40 Classic para Sonik Blast, onde o primeiro sequer atendia ao termo de referência, embora na descrição do mesmo aparente que sim, em diligência constatou-se que não.

A recorrente alega ainda que o pregoeiro foi imprudente ao classificar e habilitar a proposta da recorrida Licitapremium Serviços e Comércio LTDA, conforme motivos abaixo:

(...) empresa Licitapremium não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido.

Desta forma reconheço as contrarrazões apresentadas pela recorrida o qual vislumbra o seguinte:

A CNAE é uma classificação hierarquizada em cinco níveis – seções, divisões, grupos, classes e subclasses. O quinto nível, o de subclasses, corresponde ao detalhamento usado para a identificação econômica das unidades de produção, normalmente constituídas como pessoa jurídica ou profissionais autônomos, em cadastros e registros da Administração Pública, nas três esferas de governo.

O objetivo do PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, embora conste aquisição de MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, em primeiro lugar, não estipula compra de uniformes, em segundo, são itens comuns e que podem ser adquiridos no mercado normal (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque eóculos), sem exigência de licença específica da empresa.

Não cabe à Administração exigir que a empresa tenha um código CNAE específico, isso seria limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da Licitação, e impor à Administração Pública um preço mais elevado, pois impediria disputa por preço, ferindo frontalmente os princípios da prevalência do Interesse Público e da Vantajosidade.

Firma-se o entendimento então que a empresa apresente CNAE diverso que a empresa recorrida apresenta CNAE do mesmo grupo: 46.4 – comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar), e da mesma classe: 46.42-7 – comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios do CNAE argumentado pela empresa recorrente. Sendo que um dos CNAE da empresa recorrida é 46.42-7.01, o que abrange os objetos licitados.

Desta forma findamos este, seguindo para as conclusões pertinentes.

## 8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto DESCONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NÃO DANDO-LHE PROVIMENTO, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela licitante ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ

8.2. 81.571.010/0001-89, para o item 12 da licitação (Apitos) do Edital do Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 07.147.983/0001-32, para o item acima descrito, sob o fundamento de atendimento aos itens item 3.4, 4.6.3 e 6.6 do edital.

8.3. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.4. É a decisão.

Belém-Pará, 17 de maio de 2022.

Clebson Luiz Costa da Silva – CAP QOBM  
Pregoeiro do PE nº 02/2022 - CBMPA

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: NÃO MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Após análise da decisão do pregoeiro titular, o Cap QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao resultado do Pregão Eletrônico nº 02/2022-CBMPA, cujo objeto é Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para ht, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa do processo teve início em 08/04/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve um pedido de esclarecimento, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 13.798.385/0001-26, ao resultado proferido pelo pregoeiro responsável em 03/05/2022 quando da proposta da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.147.983/0001-32 para o item 12 (Apitos), com ponderações no que tange à aceitação da proposta da recorrida (apresentou folder próprio contendo dados do fabricante/marca de nome Rocket o qual não produz o apito Fox 40 Shark); Fica registrado que em seu recurso a recorrente não se identifica, não apresenta razões recursais de maneira coerente, com fundamento para embasar sua argumentação, bem como não deixa registrado um pedido claro e objetivo.

Cabe analisar que o pregoeiro, a fim de subsidiar sua análise e proferir sua decisão para a recusa da proposta da recorrente, nos termos do art. 17 do decreto estadual nº 534/2020, bem como item 9.28 e 23.2 do edital, realizou diligências prévias, conforme evidenciam as mensagens do chat comprasnet, a seguir:

- 26/04/2022 às 14:44:54: "Senhor licitante, o documento enviado não se trata de uma ficha técnica ou catálogo, e não contém todas as informações necessárias de forma a atender o Termo de Referência. Antes de processar vossa proposta deseja se manifestar?"

Após isso o próprio licitante informa não possuir catálogo ou ficha técnica do apito Acme:

- 26/04/2022 às 15:25:38: "Boa tarde Sr. Pregoeiro! Informamos que o fabricante trata-se de uma empresa da Inglaterra, e a mesma não possui catálogo com descritivo técnico produtivo do apito. Realizamos a confecção do folder para adequação à vossas exigências, desconhecendo a legitimidade de recusa da proposta por não apresentar folder próprio do fabricante.""

Desta forma, fica comprovado que o pregoeiro responsável recusou a proposta da recorrente corretamente, pois a própria é taxativa ao informar que elaborou o folder apresentado, sendo que não é a fabricante do produto ofertado. Que fique registrado que sem a apresentação dos dados técnicos e oficiais da fabricante, o pregoeiro fica impedido de constatar o cumprimento do que consta no item 8.5.3.5. do edital, a saber: serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descrito no termo de referência.

Ainda em análise do caso, a recorrente afirma que a recorrida Licitapremium Serviços e Comércio LTDA também apresentou folder próprio contendo dados do fabricante/marca de nome Rocket, o qual não produz o apito Fox 40 Shark. Quanto a isto fica evidente que a recorrida apresentou folder do fabricante, cito Fox 40 e não folder de confecção própria como é afirmado pela recorrente. Tal fato é tão verdadeiro quanto a afirmação que a fabricante/marca Rocket não fabrica o apito Fox 40 Sharx, fica evidente, então que, na proposta da requerida consta uma fabricante que, sequer tem relação com o modelo do produto ofertado.

Neste sentido, até aqui orientado sobre os principais pontos que merecem destaque para facilitar a compreensão desta decisão, este Ordenador de Despesas discorda do pregoeiro em sua decisão quanto a negar provimento a recorrente (DSM) e, por este motivo decide pela não aceitação da proposta e inabilitação da recorrida LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.147.983/001/32 para o item 12 da licitação (Apitos), uma vez que o produto ofertado na configuração proposta não existe no mercado. Neste caso, para fins de maior transparência ao processo, que o pregoeiro registre em ata complementar todas as diligências realizadas, para fins de futura auditoria e/ou outras necessidades.

É a decisão.

Belém-Pará, 24 de maio de 2022.

Hayman Apolo Gomes de Souza – CEL QOBM  
Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil  
Ordenador de Despesas

Após análise da decisão do pregoeiro titular, o Cap QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao resultado do Pregão Eletrônico nº 02/2022-CBMPA, cujo objeto é Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para ht, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa do processo teve início em 08/04/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve um pedido de esclarecimento, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 81.571.010/0001-89, ao resultado proferido pelo pregoeiro responsável em 03/05/2022 quando da proposta da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.147.983/0001-32 para o item 12 (Apitos), com ponderações no que tange à aceitação da proposta (apresentou em sua proposta dados do fabricante/marca de nome Rocket o qual não é a fabricante do apito Fox 40 Sharx) e habilitação da recorrida (não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido);

Analisando o caso, a recorrente afirma que a recorrida Licitapremium Serviços e Comércio LTDA apresentou dados

do fabricante/marca de nome Rocket em sua proposta, o qual não fabrica o apito Fox 40 Sharx. De fato, isto se comprova. Contudo cabe registrar que a divergência no cadastro do produto repercuti em erro sanável, um erro de preenchimento que não invalida o real teor da proposta, desde que seja permitido a todos os licitantes tratamento isonômico.

Em suas contrarrazões a recorrida sustenta que: "o emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório". O que este ordenador concorda!

Corroborar este entendimento o Acórdão 357/2011 – Plenário do TCU ao qual dita que: "No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados".

Neste sentido nota-se que a utilização do formalismo moderado não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Mas sim de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

O Acórdão 2302/2012- Plenário expressa ainda que: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências"

Considera-se ainda o Acórdão 394/2013- Plenário: que acatou proposta de licitante com produto de qualidade superior ao que solicitava o termo de referência. Tal julgamento tendo por base atender aos princípios da proporcionalidade, interesse público e economicidade acatou proposta de forma diversão que estabelecia o termo de referência, por este atender a finalidade a que se destina, tanto no que se refere a desempenho, quanto a qualidade.

Considerando o entendimento do ACÓRDÃO Nº 1033/2019 – TCU – Plenário 36: Com relação a ser admissível a substituição dos equipamentos relacionados na proposta original da licitante, é incontroversa a possibilidade de aceitação de produtos de qualidade superior às especificações mínimas exigidas em edital, desde que os atributos de desempenho atendam às especificações definidas pela Administração e que não haja majoração do preço originalmente ofertado, quando do julgamento e aceitação da proposta.

A recorrente aduz ainda que a recorrida não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido, desobedecendo o item 9.15.1 do edital. Em diligência deste ordenador, no site público do IBGE, cito: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>, fica evidenciado que a recorrida de fato não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido, uma vez que se trata de um EPI, o que leva a este ordenador decidir que a recorrida de fato deveria possuir o CNAE 4642-7/02 – Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho ou correspondente ao objeto pretendido. A recorrida possui CNAE diversos a este, que seja o 4642-7/01 (subclasse: Comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança) o qual não contempla equipamentos e acessórios de proteção individual e/ou profissional, o que enseja sua inabilitação.

Neste sentido, até aqui orientado sobre os pontos que merecem destaque para facilitar a compreensão desta decisão, este Ordenador de Despesas, orientado pelas razões, contrarrazões, decisão do pregoeiro, edital e seus anexos, vislumbra que o processo licitatório em discussão merece análise coerente, e por este motivo, decide pela não habilitação da recorrida LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.147.983/001/32 para o item 12 da licitação (Apitos).

Quanto a sua proposta, cabe salientar que objetivando respeitar a Constituição Federal que prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições, bem como tal obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93 é que, este ordenador, oportunizando com base no formalismo moderado, o retorno à fase de julgamento de proposta para o item 12 da licitação (Apitos), registrando que a divergência no cadastro do produto repercuti em erro sanável, um erro de preenchimento que não invalida o real teor da proposta, desde que seja permitido a todos os licitantes tratamento isonômico, o qual deverá ser procedido a partir da empresa inicialmente melhor classificada, DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, e no caso de não aceitação de sua proposta, convocar a empresa imediatamente melhor colocada e assim por diante.

Neste caso, para fins de maior transparência ao processo, que o pregoeiro registre em ata complementar todas as diligências realizadas, para fins de futura auditoria e/ou outras necessidades.

É a decisão.

Belém-Pará, 24 de maio de 2022.

Hayman Apolo Gomes de Souza – CEL QOBM  
Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil  
Ordenador de Despesas

**Fechar**